

O Ideal Bonapartista e os Militares Brasileiros

José Paulo Toledo¹
Júlia Godói Rodrigues²

RESUMO: O modelo político de governo Bonapartista, baseado na interpretação proposta por Demier (2016), se caracteriza, em grande parte, em uma relativa autonomização do Estado perante as classes sociais e na dominação indireta das elites econômicas sobre as demais classes. Neste artigo discutiremos tal conceito quando relacionado às leituras referentes ao papel do Governo Militar implantado em 1964. Usaremos como base para tal trabalho a leitura do cenário intra-militar brasileiro antes e após o golpe militar com, respectivamente, Távora (1959) e Stepan (1975; 1986), sendo então o objeto neste artigo o intervalo de tempo entre 1950, no período pós-Dutra, até 1988, com a Assembleia Nacional Constituinte de 88, tendo como agente condicionante, ou seja, o principal articulador das dinâmicas analisadas nesta perspectiva, o Exército Brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Bonapartismo; exército brasileiro; sociedade civil; elites.

Introdução

Nesta sintética introdução se faz, em uma mão, uma breve apresentação do histórico do agente condicionante do objeto, sendo este o Exército Brasileiro, e da parte inicial do objeto em si, sendo este o intervalo de 1950 até 1964, período de preparação para o que viria a ser um governo bonapartista. Logo, na outra, se fará a descrição do conceito chave utilizado para que seja feita a análise da dinâmica em questão: este artigo conta com a interpretação do conceito de Bonapartismo criada por Demier³(2016), tendo o autor em questão feito tal delimitação através do cruzamento de informações presentes nos textos de Marx, Engels, Trotsky e Gramsci que fossem pertinentes ao tema: dessa forma, pode dar um sentido preciso ao termo vendo o que alguns dos intelectuais expoentes da linha de pensamento marxista traziam como elemento comum ao debate.

A história do Brasil não pode ser contada e as dinâmicas sociais presentes nela não podem ser analisadas com precisão e rigor científico sem que se cite um dos principais agentes políticos de sua história, sendo este o Exército Brasil. Tal afirmação é calcada no papel histórico de catalisador de transformações políticas, ou institucionais⁴, que esta corporação militar nacional tem: a Proclamação da República em 1889; os movimentos tenentistas da década de 20 do século seguinte; a Revolução Constitucionalista de 1932; o apoio dado à Vargas no continuísmo proposto no Estado Novo em 38; a retirada de Vargas do poder em 45; a eleição do 16º presidente do Brasil, Marechal Eurico Gaspar Dutra, em 46; a pressão existente entre a instituição e todos os posteriores presidentes brasileiros (STEPAN, 1975); finalmente, o Golpe de Estado de 64, onde transformam bruscamente a agenda política, econômica e social nacional, tomando o governo das mãos da sociedade política e, conseqüentemente, da sociedade civil em sua totalidade, tirando voz política dos mais ricos aos mais pobres.

¹ Graduando de Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos.

² Graduanda de Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos.

³ O artigo escrito por Demier tem forte inclinação marxista, o que, tendo em vista a própria origem do termo com que o autor trabalha, é totalmente justificável. Porém, para que seja possível adequar o instrumental teórico para o diálogo com os textos de Stepan, tentamos modificar o vocabulário enquanto preservamos os raciocínios e articulações teóricas de modo a minimizar ou, no melhor dos casos, simplesmente não permitir uma distorção conceitual do que foi dito pelo autor.

⁴ Observação feita com o propósito de evidenciar que muitas das atuações políticas dos militares brasileiros tiveram caráter politicamente conservador, mesmo que infraestruturalmente ou institucionalmente modernizadoras.

O conceito de bonapartismo delimitado por Demier (2016), por sua vez, é fruto de uma crise de hegemonia onde as elites econômicas perdem a capacidade de propor ou impor seus projetos como projetos nacionais, as classes subalternizadas tendem a ganhar consciência em si e para si, tendo em vista que o momento histórico de crise deixa cada vez mais clara a existência da classe e as especificidades de seus interesses e, conseqüentemente, chegar em um equilíbrio de forças, tendo em vista que passam a descobrir cada vez mais a potência que existe em sua capacidade de controlar a cadeia produtiva nacional. Esta dinâmica ameaça a unidade nacional por aprofundar a potencialidade de conflitos sociais e, para que tal possibilidade não se efetive, o Estado se sobrepõe às classes econômicas conflitantes enquanto materialização da unidade nacional, e passa a defendê-la. Tal feito necessita de poderes que não podem ser concedidos a nenhuma instituição em um Estado de direito, levando então a sociedade civil a uma letargia política induzida pelo fechamento das instituições de representação onde acontecem os movimentos da sociedade política, e então se institui uma *polis*⁵ *monista*, onde não há debate aberto sobre os rumos da sociedade. Desta forma, o Estado domina as outras duas arenas, e cria autonomia relativa o suficiente para agir. Nas palavras de Demier (2016),

Essa elevação do aparelho estatal acima das partes contenciosas expressa justamente a “autonomia relativa” adquirida [...], mais precisamente, pelo seu núcleo fundamental (em especial, Poder Executivo, aparato repressivo e burocracia), face às distintas frações do capital e suas representações políticas. Adquirindo uma ingente força política própria, o aparelho estatal já não é [...] o instrumento, de nenhuma dessas frações em particular; [...] para desempenhar o papel de mantenedor do que há de comum a todas elas, a saber, a propriedade capitalista, o Estado, enquanto novo ordenador da vida social, necessita submetê-las à sua direção [...]. (p. 179)

E, ao extinguir as organizações políticas da sociedade civil, o Bonapartismo é classificado não como um regime, mas sim um tipo de governo⁶ onde as elites econômicas sacrificam a autonomia necessária para dominar o sistema político em defesa da manutenção de seu status econômico.

Tendo descrito então a base teórica com que trabalharemos e definido objeto e agente condicionante, chega-se ao momento de mostrar como esses conceitos assim definidos se encaixam na realidade a fim de explicá-la com eficiência, pois, como afirma Stepan (1986), “[...] a defesa mais consistente que se pode fazer de uma definição, numa análise, é o seu valor de uso” (p. 10).

Bonapartismo e Ditadura

O princípio básico que será abordado a partir deste tópico é o do efeito dominó descrito por Marx (2011) no XVIII de Brumário de Luis Bonaparte: as elites econômicas preferem assegurar sua posição frente ao mercado e de propriedade dos meios de produção do que efetivamente ter que lidar com a responsabilidade de governar e desenvolver um projeto nacional; ao chegar em um ponto de esgotamento do atual projeto, e sem ter ideia de um novo projeto específico a ser desenvolvido, apresenta-se com clareza o frágil calcanhar de teorias que associam as elites econômicas com excelência política. A incapacidade de implementar um novo projeto se torna a necessidade de

⁵ Seguindo a conceituação feita por Stepan (1986), haverá uma divisão entre as três principais arenas de disputa na *polis*, sendo esta a forma organizacional da existência coletiva: a sociedade civil, a sociedade política e o Estado. Para maiores detalhes, ler o capítulo I da obra indicada.

⁶ O bonapartismo é um sistema de governo e não um tipo de regime, tendo em vista que é uma nova configuração das instituições de governo existentes dentro do espectro de regimes autoritários. Neste ponto, entretanto, nossa opinião entra em conflito com a do autor do artigo, o qual defende que o bonapartismo é tanto um sistema de governo quanto um regime específico dentro da ordem capitalista.

delegar a segurança do modelo econômico ao monopolizador da violência legal, tendo em vista a necessidade de controlar as massas que se agitam. Ao definir o característico poder moderador militar que desempenhava esse curso de ação, Stepan (1975, p. 50):

Em tal modelo das relações entre civis e militares, estes são chamados repetidas vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhes é negado sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudanças dentro do sistema político. (...) no modelo moderador os militares tem uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos.

Se remontarmos esse padrão para as décadas de 50 e 60 no Brasil, veremos uma repetição do mesmo em nossa história: durante a primeira década citada, a economia pegava ventos favoráveis. Nesse período, havia a necessidade de retomada de capacidade produtiva de indústrias europeias pós segunda guerra, e isso dependia da rápida recuperação e expansão de capital de giro. O Brasil representava a oportunidade perfeita para isso: economia em desenvolvimento mostrando uma expansão do mercado consumidor com forte tendência a ser cativo, indústrias de base nacionais com capacidade de alimentar a produção destes bens e articulação entre público-privado para incentivar o consumo com facilitação de crédito para produtores e compradores, além de renovações institucionais que tornariam a eficiência do Estado muito maior, aumentando a previsibilidade do mercado brasileiro. Este modelo, porém, se esgotou ao fim do Governo JK (1956-1961), quando o FMI passou a cobrar dívidas que o país tinha feito anteriormente com bancos estrangeiros, interrompendo então o fornecimento de divisas necessárias para importar diversos produtos essenciais para o investimento infraestrutural e quebrantou então a base do modelo desenvolvimentista (MACARINI, 2010).

Essa é a perspectiva macroeconômica, importante para mostrar o esgotamento do modelo; quando se foca, porém, nas movimentações populares, são vistas grandes agitações de classes historicamente subalternas, algo que já era de conhecimento do exército e, em meio à Guerra Fria, alimentava o medo do socialismo. Citando Távora (1959),

Nossa vulnerabilidade interna [a desigualdade social] é, por isso mesmo, muito sensível, nos dias atuais, à atuação persistente do proselitismo comunista, orientada no duplo sentido de desacreditar a elite dirigente, perante o povo, e de desiludir, uma e outro, da eficiência do regime democrático. (p. 35)

O grande exemplo desses movimentos populares são as Ligas Camponesas que passam a pressionar o governo por reforma agrária, estando essa pauta inclusa nas Reformas de Base do Governo Jango (1961-64), propostas pelo cepalino Celso Furtado; o termo "*Reformas de Base*" deve ser interpretado como uma tentativa de desestabilizar o *status quo* das elites econômicas nacionais, tendo em vista que sua existência era diretamente ligada a mudanças estruturais que transformariam a dinâmica social e econômica brasileira. A reação dessas elites frente tal possibilidade foi bastante clara:



Imagem 1: Manchete do Jornal Última Hora, apoiador de políticas populistas⁷, dá o tom da discussão.

Concomitantemente a todos esses fatos, o exército enquanto instituição⁸ estava em um processo de fortalecimento de suas capacidades tecnocratas, pois como já foi dito anteriormente, o exército historicamente interfere na política com um padrão moderador politicamente motivado, mas aplicado com justificativas técnicas. Ao conciliar tal ideia com o que é dito por Stepan (1975), que caracteriza as instituições dos países latino-americanos tais como a igreja, o trabalho e os estudantes como altamente politizados, ao mesmo tempo em que instituições políticas são fracas, “os militares também são politizados e todos os grupos tentam cooptá-los para aumentar sua força política.” O fato é que, como dito anteriormente, o Exército Brasileiro, na maioria de suas atuações pós-30, assume uma postura conservadora, favorecendo através de suas ações com relativa autonomia as elites econômicas dominantes, caracterizando então o básico do bonapartismo: forças armadas que tendem a privilegiar em seus atos a burguesia.

O referido autor examina a política brasileira e as relações entre civis e militares como um paradigma do padrão moderador no período de 1945 a 1964. O paradigma se encontra no sentido de que a legitimidade dada aos militares inicialmente sob a forma de poder moderador, como o da primeira república, acabou se estendendo a ponto de os grupos civis legitimarem as intervenções militares no período supracitado. No entanto, houve nítida alteração dos militares com relação ao poder moderador, culminando no Governo Militar de 1964. Stepan, (1975, p. 93):

Evidentemente, ao contrário dos golpes de 1930, 1945, 1954 e 1955, o movimento militar de 1964 não se limitou a depor um chefe de executivo; ao mesmo tempo os militares assumiram o poder político do país, indo além dos parâmetros do padrão moderador das relações entre civis e militares que predominaram durante todo o período anterior a 1945; o conjunto do sistema político sofrera uma “mudança radical”, que mergulhava suas raízes em profunda alteração da ideologia: os militares se dispunham a ser, não mais os moderadores, mas os dirigentes da política.

A criação da Escola Superior de Guerra em 1948 é a prova da premeditação de governar, e não mais moderar. Em seu projeto pedagógico existiam tanto matérias de ensino técnico de combate às guerrilhas quanto ensino técnico de cunho administrativo e econômico (Stepan, 1975). Há que se ressaltar, porém, a presença dos Estados Unidos como força por trás do movimento militar e a tomada governamental.

Em depoimento feito no congresso estadunidense do então embaixador no Brasil, Lincon Gordon, evidenciado por Stepan (1975, p. 94), mostra a narrativa oficial sobre o envolvimento dos EUA

⁷ Afirmação baseada nos artigos de Cauduro (2015) e Capelato (2013): tendo sido criado sob o apadrinhamento de Vargas, o jornal Última Hora adota o discurso pró-Jango, tendo foco no fato de que este era considerado o principal herdeiro da tradição varguista e populista.

⁸ Stepan (1986) diz que o exército não é uma massa homogênea, mas sim uma *organização complexa*, sendo então composto por mais de uma vertente: tal método implica em maior precisão analítica. A divisão feita pelo autor é de uma tripartição: *Militares enquanto instituição*, representando os interesses da instituição “Exército Brasileiro”; *Militares enquanto governo*, sendo estes os militares que comandam o Estado no pós-golpe; *Comunidade de segurança*, ou todo aparato militar responsável por repressão e inteligência.

e de sua embaixada no Golpe de 64 e todo processo de construção do mesmo. “O movimento que depôs o presidente Goulart foi puramente brasileiro, foi 100% - não 99,44 – mas 100% brasileiro. Nem a embaixada americana nem eu, pessoalmente, tivemos qualquer participação no processo.” Logo em seguida, Stepan afirma que os Estados Unidos realmente apoiaram esta mudança radical, mas que sua influência foi muito menor do que se pensava ser, até então. Declara (1975, p. 96):

A política dos Estados Unidos de incitação dos militares latino-americanos a se envolverem cada vez mais em todos os níveis da sociedade, a fim de moverem uma campanha efetiva contra os movimentos armados internos, implicitamente estimulou um envolvimento mais profundo dos militares no sistema político. Nesta medida, pode ser considerado um fator contribuinte para a criação dos regimes militares.

O que se pode ver, entretanto, é que Stepan não possuía conhecimento de documentos ainda secretos durante o período de sua bibliografia aqui utilizada⁹, não conhecendo então a *Operação Brother Sam*, sendo este o codinome dado à operação militar norte-americana responsável por auxiliar, se necessário, na tomada do poder dos militares brasileiros com um desembarque de tropas e auxílio de navios de guerra. Além disso, houve toda criação desse contexto político com auxílio norte-americano através de propaganda e articulação política entre os agentes brasileiros e estadunidenses com foco na desestabilização do Governo Goulart (1961-1964) e do regime democrático brasileiro. Esse curso de ação foi justificado, em parte, pelo contexto da Guerra Fria combinado à Revolução Cubana, em 1959, o crescimento do Partido Comunista Brasileiro e a aliança de Goulart com o mesmo, criando então, através da óptica imperialista estadunidense, um risco latente de quebra de sua hegemonia no ocidente, tendo como resposta um reavivamento da Doutrina Monroe, que dizia ser necessário aos EUA enquanto potência nas américas impedir a influência europeia em territórios americanos, mesmo que através de intervencionismo escrachado (BAUER, 2007).

Além disto, para agravar o cenário, destaca-se um nacionalismo discursivo em detrimento da consistência ideológica das lideranças políticas e seus partidos que tendiam ora à políticas progressistas, ora à políticas conservadoras. O melhor exemplo para essa afirmação se encontra no governo do Presidente Jânio Quadros (1961), que em curto período de tempo exemplifica essa dinâmica com clareza: foi eleito por base popular conservadora, usando de um discurso moralista e de sanitização das contas públicas, e em seguida condecorou o famoso guerrilheiro revolucionário marxista Ernesto “Che” Guevara. Nessa perspectiva, o Exército Brasileiro trabalhava com uma certeza cristalina de que a qualquer momento poderia haver uma forte perturbação da ordem, pois, citando Távora (1959, p. 36):

[...] essa vulnerabilidade externa [referente à grande área geográfica a ser defendida e o pequeno efetivo do exército para tal] é extremamente sensível à atividade comunista, que não só perturba o desenvolvimento normal do país por meio de agitações [...], como poderá, ainda, debilitar o *Poder Nacional*, em emergência de guerra, por variados processos de quinta-colunismo.

Desta forma, quando no governo de João Goulart algumas das propostas vistas como “comunistas” estão em vias de efetivação, não se faz segredo sobre o suporte do PCB ao mesmo, uma parcela da população clama pela intervenção dos militares na política nacional e a maior potência militar do ocidente oferece suporte operacional, se estende um tapete vermelho à oportunidade de cumprir o dever pela qual tanto ansiavam os mesmos. Tal fato causa em 1964 e, posteriormente, em 1969 - 71, o que, para Stepan (1986), são os primeiros *Momentos Brumários*, onde parte da elite econômica nacional abdica de sua voz política em troca da proteção oferecida pelos militares. O que essa elite só entendeu posteriormente, entretanto, é que o poder abdicado em um

⁹ Os documentos em questão só foram disponibilizados ao público em 2004. (BAUER, 2007)

momento pode não ser devolvido assim que se deseja tê-lo novamente.

Destarte, durante o período de maior repressão do Regime Militar, de 1969 até 73, a autonomia existente na sociedade civil¹⁰ chegou ao nível mais precário, sendo este o mesmo período em que se iniciou o Milagre Econômico do I PND, quando a economia internacional favoreceu o baixo custo de juros nos créditos internacionais devido uma inundação de oferta de dólares provenientes do Oriente Médio. O então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, em sua administração, fomentou modelo de desenvolvimento econômico que fortaleceu de maneira brutal a desigualdade social e a concentração de renda, solidificando ainda mais as estruturas historicamente presentes no país (FONSECA; MONTEIRO, 2007): faz-se então, o paralelo entre a abdicação da autonomia política pela compensação na esfera econômica. Quando, entretanto, a crise do final dos anos 70 e começo dos anos 80 chega por conta do *Supplyside Economics* que decide quebrar o acordo de *Brettonwoods* e diminuir a circulação de dólares no mercado, aumentando o valor dos dólares ofertados, diversas camadas do empresariado nacional foram acometidas pela tempestade recessiva provocada pela explosão da dívida externa. Foi necessário a eles que se unissem com outras camadas da sociedade civil e política¹¹ para reconquistar seu poder de vocalização frente a um governo que já não os agradava.

O artigo de Demier (2016), entretanto, talvez por ter caráter mais analista da teoria do que efetivamente propositivo em desenvolvê-la mais a partir de seu contexto, termina sem responder algumas questões: qual seria a causa do desgaste de um governo bonapartista? Quais fatores ditariam sua ruína ou, pelo menos, quais seriam os sintomas sistêmicos de que tal governo está em seu leito de morte? Tratam-se de questionamentos pertinentes, no entanto, localizam-se fora do escopo deste trabalho devido à necessidade de pesquisa mais aprofundada e de um longo prazo indisponível atualmente. O contexto brasileiro, entretanto, talvez seja outra das muitas jabuticabas que nós temos: este processo é descrito por Stepan (1986) de tal forma que abarca a dinâmica interna dos militares, e mostra que o Regime Militar, como ocorrido, foi fruto da mudança de eixo ideológico decorrente dos jogos de influência internos do exército: no meio do processo contra-revolucionário, o governo foi transferido das mãos de um grupo para as mãos do grupo tido como sua antítese.

A linha *castelista* do exército, com ideologia mais intelectualizada, defendia um controle parcial sobre a sociedade política e civil a fim de manter a ordem e reorganizar o país no mais curto prazo possível para que fosse possível o retorno aos quartéis. Este era o projeto proposto por esta linha do exército. Porém, após o fim do mandato de Castelo Branco, em 1967, Costa e Silva assume o governo e implanta no governo a ideologia da chamada *linha dura*, com a diretriz central de reprimir movimentos sociais ligados à ameaça comunista¹². No livro em questão a representação seria de que, no momento do golpe, em 64, os castelistas seriam os militares enquanto governo, a linha dura a comunidade de segurança e ambos disputavam posições dentro do exército enquanto

¹⁰ Stepan (1986) deixa claro que, pela natureza da existência da Sociedade Civil, não é possível erradicar completamente sua autonomia.

¹¹ Stepan (1986) afirma que a sociedade civil, no geral, não confiava na sociedade política por haver um afastamento entre ambos os setores, o que favoreceu a longevidade da ditadura: o processo de liberalização durou por volta de 10 anos, mas a democratização foi concedida no tempo do governo militar e sob sua batuta.

¹² A natureza da existência da comunidade de segurança e de suas atividades são calcadas na eliminação da oposição; logo, enquanto fosse possível encontrar qualquer traço de subversão na sociedade, sua existência estaria justificada, tornando-os, caso conseguissem se fortalecer no governo, uma massa com projeto de poder *ad eternum*, não com planejamento de desenvolvimento para a nação ou para o exército enquanto instituição.

instituição.

Desta forma, de 64 até 67, a linha dura trabalha para conseguir cargos estratégicos dentro do exército enquanto instituição e, quando o ano eleitoral chega – tratavam-se de eleições indiretas – a linha dura estava mais fortalecida e foi capaz de eleger seu candidato. Quando isso aconteceu, todo planejamento feito pela linha castelista de organizar o país o mais rápido possível e retornar para os quartéis foi por água abaixo: quando reassumiram o poder em 74 com o Governo Geisel (1974 – 79), após um período de dura repressão, houve consenso de que para arrumar o que seus antecessores haviam criado só seria possível trabalhar em função de um longo prazo com diversos pequenos movimentos de liberalização constante e contenção da comunidade de segurança para que ela não voltasse ao poder. Por grande parte da potência política da comunidade de segurança estar atrelada à ideia de “ameaça interna” ou, como diz Golbery, par de Geisel no pensar do processo de distensão, “a comunidade de segurança prosperava numa atmosfera de trevas e mistério” (apud STEPAN, 1987, p. 48) e, sendo assim, autonomia à imprensa era um grande primeiro passo a se dar pensando em sabotar a comunidade de segurança e fortalecer a sociedade civil. Este processo terminou em 84 com a posse de José Sarney, vice de Tancredo Neves, que morreu na véspera da posse, sendo então o primeiro presidente civil após a ditadura militar um civil diretamente conectado aos militares. Porém, o papel do exército de “tutor” da sociedade civil permaneceu fortemente colocado: citando Zaverucha (1986), sobre este papel que militares tentaram garantir pela lei durante o governo Sarney e conseguiram durante a constituinte de 88,

O ministro do Exército, general Leônidas Pires, por outro lado, vem anunciando, insistentemente, que deseja, na próxima constituinte, a reedição do tradicional papel conferido às Forças Armadas, ou seja, a de guardiões isentos da ordem constitucional, conforme a Carta Magna de 1891. Os militares vêm trabalhando decididamente nesse projeto, o que é um temeridade, pois representa a garantia da tutela militar.

E essa problemática persiste até hoje, 32 anos depois deste episódio, ao passo que um general do exército brasileiro ameaça a estabilidade do regime democrático caso seja feita uma decisão contrária à sua, decisão essa tomada de forma autônoma por um, dois ou três dos três poderes, por excelência de funções, o qual está não novamente, mas sim historicamente em constante ameaça daqueles que nunca foram embora por completo desde a Constituição de 1891; a exceção histórica se faz presente nos momentos em que as instituições democráticas estão em segurança.

Conclusão

O período de 1930 a 1964, no Brasil, foi caracterizado pela constante ameaça de um governo bonapartista. Não ocorreu antes por falta de condições objetivas que permitissem aos militares entenderem o instrumental burocrático e tecnocrático que se faz necessário para administração de um Estado. Essa afirmação tem base na constante pressão exercida pelos militares nos chefes do executivo que tomaram posse neste período, o que demonstra a ideia de que uma sociedade civil incapaz de se organizar sozinha, sem interferência de força coercitiva, não é recente, mas sim o resultado de um longo processo de sustentação deste poder regulador ou moderador.

Conclui-se, por fim, com relação à compreensão do Bonapartismo, conceito que tente abarcar certa constância entre diferentes casos, que parece um tanto quanto difícil descrever sua dinâmica por si só, sem destaque das especificidades da sociedade onde o caso estudado se desenrola: a heterogeneidade do Exército Brasileiro, com disputas internas e projetos diferentes, é um ótimo

exemplo disso. Sem tal informação, o conceito “bonapartismo” descreveria a dinâmica do exército com a sociedade civil, mas não as relações internas do mesmo, dando apenas meia explicação de uma dinâmica complexa que, além de tudo, envolve não só atores nacionais, mas também interesses imperialistas. Entretanto, o jogo de poder descrito pelo conceito se faz presente não só no período analisado, mas deixa um constante zumbido, baixo mas incômodo no ar, desde que houve a legalização da tutela militar. Ele só aumentou com o passar do tempo, até que deixou de ser um zumbido e se tornou um ruído que calou muitas vozes e afogou tantas outras que tentavam gritar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Caroline Silveira. *Controle e Cooperação Norte-Americana aos Golpes Civil-Militares Brasileiro (1964) e Argentino (1976)*. ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo, RS.

CAPELATO, Maria Helena. *Mídia e Populismo / Populismo e Mídia*. In: Revista Contracampo, p. 52 – 72, v. 28, n. 3, ed. dez-mar, 2013, Niterói, RJ.

CAUDURO, Douglas Hinterholz. *O Papel dos Jornais Zero Hora e Correio do Povo no Começo da Ditadura Militar*. ALCAR 2015, Porto Alegre, RS.

DERMIER, Felipe. *Bonapartismo: o Fenômeno e o Conceito*. In: Revista Outubro, nº25, Março de 2016, Pg. 174-203, São Paulo, SP.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. *O Estado e suas Razões: o II PND*. Revista de Economia Política, vol. 28, nº 1 (109), janeiro-março/2007, Pg. 28-46, São Paulo, SP.

MACARINI, José Pedro. *Contribuições de Carlos Lessa para o Estudo da Política Econômica no Brasil*. IE /UNICAMP, nº180, Julho de 2010, Campinas, SP.

MARX, Karl. *O XVIII de Brumário de Luís Bonaparte*. Boitempo Editorial, 2011, São Paulo, SP.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Editora Artenova, 1975, Rio de Janeiro, RJ.

_____. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. Editora Paz e Terra Política, 1986, Rio de Janeiro, RJ.

TÁVORA, Juarez. *Organização para o Brasil*. Editora Livraria José Olympio, 1959, Rio de Janeiro, RJ.

ZAVERUCHA, Jorge. *A Tutela Militar Restaurada*. Revista Lua Nova, vol. 3, nº1, 1986, São Paulo, SP.

IMAGENS

Imagem 1 - Jornal Última Hora, 17 de Março de 1964, nº 1259, ano XIII. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://averdade.org.br/novo/wp-content/uploads/2015/01/capa-%C3%BAltima-hora>